

ESTUDO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

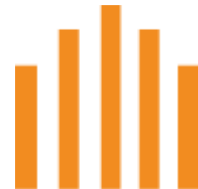
Desenvolvimento Regional e
Integrado

Estruturação e Valorização do Quadro
Técnico Municipal de Campo Mourão –
Salário Mínimo Profissional e Dedicção
Exclusiva.



CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



EBDM-ESTUDO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Os estudos básicos são elaborados pelas Entidades de Classe ligadas ao Sistema Confea/Crea/Mútua e tem como finalidade orientar os partidos políticos, candidatos, gestores públicos, autoridades e lideranças municipais acerca das ideias e soluções da engenharia, agronomia e geociências para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

1 TÍTULO

Estruturação e Valorização do Quadro Técnico Municipal de Campo Mourão – Salário Mínimo Profissional e Dedicção Exclusiva.

2 PÚBLICO ALVO

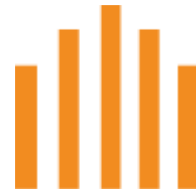
Gestores públicos, lideranças municipais, profissionais de engenharia, agronomia e geociências, além da sociedade local.

3 PROBLEMA

O desenvolvimento de Campo Mourão está diretamente relacionado à eficiência dos serviços técnicos prestados pelos profissionais da engenharia, agronomia e geociências. Contudo, há um desequilíbrio significativo entre a quantidade de profissionais que compõem o quadro técnico municipal e a demanda crescente por obras e serviços nessas áreas. Esse desequilíbrio afeta a qualidade e o ritmo de implementação de projetos de infraestrutura essenciais para o crescimento sustentável do município.

A falta de planejamento adequado e a insuficiência de recursos humanos qualificados no setor técnico também resultam em oportunidades perdidas de captação de recursos estaduais e federais, uma vez que a ausência de projetos executivos e planilhas de custos impede o acesso a fundos de fomento. Além disso, a baixa remuneração dos profissionais em comparação ao mercado privado provoca alta rotatividade, acarretando a perda de experiência e acervo técnico. A necessidade de valorizar e reter esses talentos é evidente para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população de Campo Mourão.

A regulamentação do Salário Mínimo Profissional e da dedicação exclusiva para os profissionais técnicos é uma medida fundamental para assegurar uma remuneração justa e evitar conflitos de interesse, além de garantir que esses profissionais se dediquem exclusivamente ao serviço público, promovendo eficiência, qualidade e segurança nas obras e projetos do município.

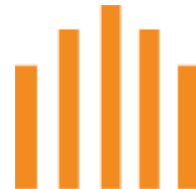


4 OBJETIVOS

- Equilibrar a composição do quadro técnico municipal com a crescente demanda por serviços nas áreas de engenharia, agronomia e geociências, promovendo um ambiente que valorize a retenção e o desenvolvimento de profissionais.
- Garantir a contratação de profissionais qualificados e comprometidos, assegurando que obras e projetos atendam aos padrões técnicos de segurança, qualidade e eficiência, promovendo o desenvolvimento sustentável de Campo Mourão.
- Assegurar o uso eficiente e transparente dos recursos públicos, aumentando a capacidade da administração municipal de captar recursos externos por meio da elaboração de projetos bem estruturados.
- Fomentar o desenvolvimento técnico e científico no município, valorizando os profissionais da engenharia, agronomia e geociências, e garantindo a continuidade de projetos que impactem positivamente a qualidade de vida da população.
- Promover a eficiência administrativa, conforme os princípios constitucionais, e melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados, com foco na segurança, eficiência e transparência.

5 ESTRATÉGIA E AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

- Criação de um Plano de Estruturação do Quadro Técnico Municipal, com participação de representantes de entidades de classe, profissionais técnicos e gestores municipais. O plano deve contemplar um diagnóstico detalhado da situação atual e definir a composição ideal do quadro técnico, diferenciando as funções que exigem profissionais de carreira daquelas que podem ser ocupadas por comissionados.
- Proposição e aprovação de uma Lei Municipal que assegure a contratação de profissionais técnicos de engenharia, agronomia e geociências, garantindo o cumprimento do Salário Mínimo Profissional, conforme as Leis Federais 4.950-A/1966 e 5.194/1966. A lei deve exigir dedicação exclusiva para esses profissionais, evitando conflitos de interesse e promovendo um serviço público eficiente e de qualidade.
- Política de retenção de talentos: Criar mecanismos que promovam a permanência de profissionais qualificados no quadro técnico municipal, como adicionais de dedicação exclusiva, melhores condições de trabalho e oportunidades de capacitação contínua.
- Fomento à capacitação contínua dos profissionais técnicos, com a criação de programas de treinamentos regulares que acompanhem as inovações tecnológicas e normativas, assegurando que os profissionais de Campo Mourão estejam preparados para enfrentar os desafios técnicos da cidade.
- Revisão do Plano Diretor do Município, assegurando que as exigências técnicas relacionadas à infraestrutura, desenvolvimento urbano e sustentabilidade sejam



contempladas e acompanhadas por profissionais qualificados, promovendo o crescimento ordenado e sustentável de Campo Mourão.

6 MINUTA INICIAL DE LEI MUNICIPAL, PARA DISCUSSÃO

EMENTA: Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo profissional e a dedicação exclusiva para profissionais técnicos de engenharia, agronomia e geociências contratados pela administração pública de Campo Mourão.

Proposição:

Art. 1º O salário mínimo no município dos engenheiros, agrônomos e demais profissionais das geociências, devidamente registrados e habilitados no CREA-PR, atenderá às disposições desta lei e da legislação federal pertinente.

Art. 2º Fica fixado o salário base mínimo do município em R\$ 10.302,00 para uma jornada de 8 horas diárias de trabalho. O valor será atualizado anualmente pelo IPCA-E, ou índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º Aos profissionais efetivos do município fica assegurado o adicional de dedicação exclusiva, equivalente a 30% do vencimento básico.

Art. 4º A dedicação exclusiva é obrigatória para evitar conflito de interesses e garantir que o profissional se dedique integralmente às demandas do município, salvo exceções previstas em lei, como o magistério e direitos autorais.

Justificativa:

A implementação do Salário Mínimo Profissional e da dedicação exclusiva para os profissionais técnicos de Campo Mourão é fundamental para garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essas medidas buscam atrair e reter profissionais qualificados, evitando a rotatividade e assegurando a continuidade dos projetos de infraestrutura. Ao garantir condições de trabalho adequadas, o município pode maximizar os recursos públicos disponíveis e promover um desenvolvimento sustentável e ordenado, beneficiando diretamente toda a população.